

RESULTADOS

O que a economia diz sobre o primeiro ano de governo Temer

Passado um ano de governo Temer, é possível dizer que o País ensaia uma recuperação econômica? O que a economia tem a dizer, de positivo e negativo, sobre a mudança política do Brasil?

Paula Adamo Idoeta
BBC BRASIL

Quando discursou pela primeira vez como presidente, em 12 de maio de 2016, Michel Temer disse que seu maior desafio era "estancar o processo de queda livre da atividade econômica e melhorar significativamente o ambiente de negócios do setor privado, para produzir mais e gerar mais emprego e renda".

Mas passado um ano de seu governo, é possível dizer que o país ensaia uma recuperação econômica? O que a economia tem a dizer, de positivo e negativo, sobre a mudança política do Brasil?

A BBC Brasil conversou com três analistas econômicos e analisou os índices econômicos mais recentes para responder essas perguntas, em oito pontos.

1. Emprego em baixa

Os dados mais recentes do IBGE não são animadores: o instituto diz que o país tem 14 milhões de desempregados. O índice de desemprego bateu recorde no primeiro trimestre de 2017, chegando a 13,7%.

"As empresas esperam sinais mais claros tanto para demitir (no início de uma crise) quanto para recontratar, por conta dos custos trabalhistas e de treinamento", explica Alessandra Ribeiro, diretora da área de macroeconomia e política da consultoria Tendências.

André Perfeito, economista-chefe do Gradual Investimentos, lembra que mesmo uma redução no índice de desemprego pode não ser boa notícia no momento atual: "Pode significar que uma parcela das pessoas simplesmente parou de procurar trabalho. Por enquanto, falta demanda econômica para estimular a criação de novas vagas."

A expectativa é de que o emprego só seja retomado mesmo em 2018, "quando devem ser criados postos de trabalho em ritmo suficiente para absorver as pessoas que estavam fora do mercado", diz Ribeiro.

2. Inflação mais controlada

Os economistas veem como um importante sinal positivo o fato de a inflação se mostrar sob controle, depois de anos em alta: o aumento de IPCA (medição oficial) de abril, por exemplo, foi de 0,14%, índice mais baixo desse mês já registrado pelo IBGE desde o início do Plano Real, em 1994.

Com isso, a expectativa é de que a inflação deste ano se mantenha dentro da meta de 4,5%.

O problema: o fato de os preços não estarem subindo é jus-



Fila na Caixa para resgate do FGTS; liberação de contas inativas buscou incentivar consumo



Henrique Meirelles e Michel Temer; mudança de governo completa um ano neste 12 de maio

tamente "consequência da tremenda recessão" do país, diz Francisco Lopreato, do Instituto de Economia da Unicamp.

A boa notícia: com a inflação em queda, houve um incremento real no salário de quem está empregado, aumentando seu poder de compra, diz Alessandra Ribeiro.

3. Taxa de juros em queda

Menos inflação significa mais espaço para a queda da taxa de juros (Selic), reduzida para 11,25% na última reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central. O conselho citou justamente a "dinâmica favorável da inflação" entre os fatores que o levaram a reduzir os juros do país.

A expectativa, entre analistas ouvidos pelo próprio Banco Central em seu boletim oficial, é de que a Selic caia ainda mais até o final do ano, para 8,5%.

A velocidade da queda da taxa costuma gerar debate entre economistas. Lopreato acha que o BC demorou demais para reduzir as taxas, "contribuindo para a situação atual de crise".

Para André Perfeito, o impulso econômico gerado pelos juros mais baixos talvez só seja sentido no ano que vem, quando as famílias talvez consigam quitar suas dívidas e voltar a consumir mais.

4. Consumo ainda patinando

Uma revisão de metodologia do IBGE apontou alguns sinais de alta nos números recentes do varejo, e há indicativos de aumento da confiança dos comerciantes.

Ao mesmo tempo, com o desemprego alto e o crédito escasso, o consumo das famílias fica necessariamente comprometido.

A liberação de contas inativas do FGTS traz algum impulso-se-

gundo o governo, os saques injetarão R\$34,5 bilhões na economia -, mas seu impacto no consumo é alvo de debate.

Para Ribeiro, da Tendências Consultoria, se uma parte significativa desse dinheiro chegar ao consumo, pode incrementar o PIB (Produto Interno Bruto) em 0,3 ponto percentual.

Para Lopreato, da Unicamp, porém, "ainda que seja um volume importante de recursos, está diluído no tempo (já que os saques estão sendo liberados aos poucos) e grande parte desses recursos não vai para gastos das famílias, mas sim para pagar dívidas".

O lado bom disso, opina André Perfeito, é que talvez tenhamos mais consumidores sem dívidas em 2018.

5. Produção industrial volátil

A produção industrial caiu 1,8% em março em relação ao mês anterior e mantém desempenho fraco desde o início do ano, segundo o IBGE, em um exemplo de como a atividade econômica ainda não decolou.

"A ociosidade da indústria ainda está muito elevada", diz Perfeito.

Alessandra Ribeiro ressalta, porém, que o setor, em média, cresceu no último trimestre em relação ao anterior e que a confiança da indústria tem dado sinais mais positivos, apesar da volatilidade.

6. Agricultura e balança comercial com mais fôlego

Com o aumento da produção agrícola e dos preços internacionais dos alimentos, a agricultura tem sido a boa surpresa, dando alento ao cenário econômico e contribuído com um saldo positivo na balança comercial (relação entre as exportações e importações do país).

Em março, o Brasil registrou superávit recorde (ou seja, mais dinheiro entrou nas exportações do que saiu nas importações): US\$ 7,1 bilhões, justamente por causa da venda de carne e outras matérias-primas.

7. Investimento, PIB e expectativas dos empresários em debate

Quando o IBGE divulgou os números da atividade econômica brasileira de 2016, em março, trouxe várias más notícias: o PIB (Produto Interno Bruto) do país caiu 3,6% no ano passado e a taxa de investimento recuou 1,6% no último trimestre.

Os sinais dos investimentos neste ano ainda são incertos. Ribeiro acredita que as taxas devem estar voltando a crescer. Lopreato e Perfeito, porém, são menos otimistas.

"Provavelmente não repetiremos o nível de recessão de 2015 e 2016, mas estamos longe de uma luz no fim do túnel", opina o professor da Unicamp. "Estamos ansiosos para que a economia dê sinais robustos, mas, com dados que sobem e descem, não dá para cravar que estamos em recuperação."

Perfeito, do Gradual Investimentos, diz que o investimento ainda "não está se materializando". "A empresa só vai investir quando acreditar que vai ter demanda."

Parte disso, afirma ele, se deve à contínua incerteza política do país, que deriva da turbulência das reformas trabalhista e previdenciária em andamento, dos desdobramentos da Operação Lava Jato e da baixa popularidade do governo.

Para Alessandra Ribeiro, há motivos para um "otimismo cauteloso" na tentativa do governo em equi-

librar os fundamentos macroeconômicos do país e em ações como leilões bem-sucedidos nas áreas aeroportuária e de energia.

"Dá para falar que o pior já passou e temos sinais mais claros de estabilidade. São indicadores ainda voláteis, o que é típico de um momento de transição", diz ela.

E a nota mais recente do Comitê de Política Monetária do Banco Central vê uma "retomada gradual da atividade econômica ao longo de 2017".

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê crescimento de apenas 0,2% do Brasil em 2017 -, mas aposta que a "redução da incerteza política" e o "futuro progresso" da agenda de reformas do governo podem elevar o crescimento em 2018, para 1,8%.

8. Gastos públicos e perspectivas com reformas: a grande interrogação

Qual será o legado do governo Temer com as reformas trabalhista e previdenciária, em andamento, e na busca pelo equilíbrio das contas públicas? Esse é um dos grandes debates atuais, ainda repleto de interrogações e divergências.

Alessandra Ribeiro diz que ainda estamos longe de ter garantias de contas públicas em ordem. Mas acha que foi vantajosa a aprovação, em dezembro, do teto aos gastos públicos pelos próximos 20

anos-limitando, assim, as despesas do governo.

"O problema é a composição dessas despesas públicas. Hoje, os gastos previdenciários são os que mais crescem, comprimindo os demais gastos", diz a analista, que opina que uma reforma previdenciária aprovada, mesmo que imperfeita, é melhor do que a situação atual.

André Perfeito opina que o foco atual do debate previdenciário-de desafogar os gastos do governo-ofusca uma questão importante: será que a reforma vai garantir poder de consumo para os aposentados do futuro?

"Nosso debate precisa ser também quanto a se queremos esses gastos (sendo assumidos) pelo Estado. Se hoje pedimos aos governantes a construção de creches, é bem possível que o pedido, no futuro, seja pela construção de asilos."

Para Francisco Lopreato, o grande perigo é a perda de conquistas trabalhistas e sociais. Sua opinião é de que o conjunto de reformas "só olha para um lado" - o do empresário -, "destruindo-se ganhos sociais em vez de aprimorá-los".

"O coroamento disso é proposta de reforma trabalhista rural (uma proposta em debate na Câmara prevê que empresas remunerem empregados com comida e moradia em vez de salário, por exemplo). Isso significaria 'avançar' para o final do século 19."



Com desemprego alto, consumo ainda é insipiente